Conferência sobre "A Transferência do Poder em África"
Harare, Janeiro 1985

Independência sem Descolonização: A Transferência do Poder em Moçambique, 1974 - 1975

Notas sobre os seus antecedentes

Aquino de Bragança

****

Na altura dos acontecimentos descritos nesta comunicação, o autor realizou diversas missões em Lisboa como enviado especial da FRELIMO. Ele fora antes membro do Secretariado da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). As citações não documentadas fazem parte das notas do autor de conversações e entrevistas então efectuadas.

ESTUDOS MOÇAMBICANOS, (5/6) 1986: 7-28

NOTA INTRODUTÓRIA

Esta comunicação assume uma perspectiva diferente daquela que foi expressa pelo Professor Kenneth Maxwell (1), sobre a natureza do colonialismo português e sobre as razões da queda do Império português.

Pretendemos aqui, em traços gerais, apresentar alguma informação complementar para ilustrar a especificidade da transferência do poder em Moçambique. Havia duas posições claras sobre a entrega do poder. A posição de Spínola, tal como foi definida no seu livro, era parte de um projecto coerente e bem elaborado; em síntese, Spínola acreditava que era necessário democratizar Portugal para descolonizar, e ele conseguiu ganhar o apoio dos maiores partidos antifascistas para esta política porque, na realidade, tomou algumas medidas efectivas no sentido de uma ordem democrática. Por outro lado, havia a posição da FRELIMO, que era diferente e que se baseava numa análise sistemática, não apenas sobre Moçambique e sobre o contexto da África Austral, mas também sobre lutas e transferências do poder como as que se verificaram no Vietname e na Argélia. A análise da FRELIMO sobre as conversações de Evian que antecederam a independência da Argélia, levaram à decisão em evitar qualquer tipo de ambiguidades sobre a questão da transferência do poder. Consciente de que o conceito de descolonização de Spínola implicava a imposição de uma ordem neocolonial no futuro Moçambique independente, a FRELIMO assumiu a posição de que a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização e não o contrário.

Entre estas duas posições, definidas com precisão, encontrava-se o Movimento das Forças Armadas dos jovens

capitães portugueses, que no seu conjunto era carente de uma qualquer ideologia revolucionária ou anticolonial, mas que estava permeado por um profundo e inabalável desejo de paz. Depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas perdeu o ímpeto que o animava e a sua coerência evaporou-se. No entanto, o MFA foi capaz de encontrar uma causa pela qual lutar, graças à intransigência dos movimentos de libertação. O MFA pretendia acabar com a guerra, mas não tinha meios para atingir este objectivo; o momento crucial foi atingido quando elementos no seio do MFA começaram a considerar a posição da FRELIMO como capaz de fornecer uma modalidade para acabar com a luta sem fornecer vantagens a Spínola e às forças que ele representava. Foram forjadas alianças para lutar contra o projecto neocolonial de Spínola e isto levou à sua eventual neutralização e queda e, finalmente, à independência das colónias africanas de Portugal, uma independência sem qualquer ambiguidade, uma independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neocolonial.(2)

I

Vinte e cinco de Abril de 1974. O general António da Silva Spínola é o novo detentor do poder em Lisboa. O ex-comandante das forças armadas de ocupação da Guiné-Bissau recebeu o poder das mãos do Professor Marcello Caetano, o ex-Primeiro Ministro do governo derrubado. Spínola prometera a Caetano que ele "não deixaria que o poder caísse na rua"(3), quer dizer, nas mãos dos esquerdistas "anti-sistema", que tinham sido acusados pelos ideólogos do antigo regime de advogarem "o abandono das províncias ultramarinas portuguesas".

Este foi o último pedido do herdeiro de António de Oliveira Salazar. Foi a última oportunidade do Dr. Caetano ver a sua política de "evolução na continuidade" tornar-se realidade, uma política que ele tinha advogado como solução para a séria crise que o país e o seu regime tinham vindo a atravessar. Mas, ironia do destino, esta entrega do poder foi efectuada com a autorização dos "jovens capitães" do Movimento das Forças Armadas (MFA), que tinham derrubado o regime colonial-fascista precisamente para pôr cobro ao que eles consideravam como "injustas e insustentáveis guerras, na chamada África portuguesa".

Num breve apelo à Nação, televisionado escassas horas depois de ter assumido o poder, António de Spínola como novo dirigente da Junta de Salvação Nacional, manteve a promessa que fizera e definiu a primeira prioridade do regime como sendo a garantia da soberania da Nação "na sua forma multicontinental" (quer dizer, como é evidente, numa terminologia menos retórica, garantir a integridade do Império de Portugal em África).

II

O plano africano de Spínola e dos seus generais previa um cessar-fogo imediato, sob o qual os movimentos nacionalistas deveriam depor armas e passar "a uma luta de ideias", como qualquer outro partido legalmente existente, no contexto prático de um "portuguesismo" multicontinental. Esta

foi a formulação oferecida pelo general Francisco Costa Gomes, então Chefe do Estado-Maior General do exército português e o número dois da junta, numa conferência de Imprensa em Lourenço Marques, em 13 de Maio de 1974 (4). Os outros partidos referidos por Costa Gomes tinham já começado a surgir na cena africana. Alguns tinham aparecido no fim do período de Caetano, outros após o 25 de Abril; mas todos tinham o encorajamento da administração colonial, as bênçãos do governo de Lisboa e o apoio dos regimes vizinhos da Rodésia e da África do Sul.

Era nestes partidos que o Chefe do Estado português pensava quando declarou que o futuro das "províncias ultramarinas" deveria ser decidido por todos aqueles que consideram que "estas terras lhes pertencem". Este era um apelo ao uso do referendo (uma ideia que Spínola tinha sugerido no seu livro "Portugal e o Futuro"), para decidir se Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau queriam fazer parte de uma "Commonwealth" de futuros brasis africanos, uma federação luso-africana centrada em Lisboa.

Infelizmente, continuava Spínola, os africanos de hoje "não estão ainda preparados para decidir o seu próprio futuro", e por isso era necessário prepará-los. Esta era uma missão que Portugal deveria assumir, talvez fosse mesmo a missão de "uma geração inteira".

Entretanto, era necessário consolidar um "forte centro do poder" em Portugal e "neutralizar" os possíveis futuros aliados aí, dos movimentos nacionalistas, nomeadamente o MFA e os partidos antifascistas.

Spínola pretendia ainda conquistar a opinião pública africana na Organização da Unidade Africana (OUA) e, talvez, mesmo a dos países socialistas do campo soviético, para que apoiassem a sua política de cessar-fogo imediato contra a "teimosa intransigência" dos movimentos nacionalistas. Isto era visto como a chave para o complexo processo de descolonização em África, que tiraria Portugal do isolamento em que se encontrava e que, por outro lado, isolaria os partidos nacionalistas, obrigando-os a limitar as suas exigências.

III

A primeira prioridade de Spínola era a consolidação do poder em Portugal. Os grandes partidos antifascistas - o Partido Socialista de Mário Soares e o Partido Comunista de Álvaro Cunhal - não diferiam, nesta altura, nas suas concepções gerais. O PCP tinha desempenhado um papel central na criação de uma consciência antifascista em Portugal antes do golpe de Estado e, durante a maior parte do tempo, tinha lutado só. Num comunicado conjunto, publicado alguns meses antes do 25 de Abril, ambos os partidos tomavam uma posição inequívoca sobre a questão colonial (5). Eles exigiam "o fim da guerra colonial e negociações para a independência imediata dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique".

Mas, então, a situação mudara. O regime fascista tinha sido derrubado. O apoio popular massivo ao golpe tinha forçado os generais "fascistas" a desmantelar, tão rapidamente quanto possível, as estruturas repressivas do antigo regime, tais como a PIDE/DGS, a sinistra Gestapo portuguesa.

Spínola sabia que o PCP, tal como o PS, estava inclinado a fazer algumas concessões à sua ideia de "um forte centro de poder" em troca do estabelecimento de uma certa margem de legalidade(6). Ele estava preocupado com a formação de um governo provisório. Os candidatos - como o professor católico e liberal Miller Guerra - apresentados pelo MFA para dirigirem o governo, afirmaram que todos eles apoiavam a ideia de dar prioridade absoluta ao fim da guerra colonial. Mas eles foram recusados pelo Chefe da Junta; ele tinha já escolhido um homem a quem confiava para essa posição, o velho advogado "antifascista" Palma Carlos, uma importante figura da maçonaria portuguesa. No entanto, a participação dos grandes partidos antifascistas no governo foi imposta a Spínola de várias maneiras. Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista já tinha aceite. Ele viria a ser ministro dos negócios estrangeiros e o embaixador especial de Spínola à Internacional Socialista. Esta "abertura" à Europa era necessária para quebrar o isolamento que o antigo regime tinha mantido à sua volta.

A sugestão para a participação do PCP como parte no governo terá surgido do próprio Secretário-Geral do PS. Por outro lado, e apesar de Spínola ser profundamente anticomunista, a participação de Álvaro Cunhal no governo poderia significar que o PCP passaria a controlar a classe operária, um sector que obviamente não sentia qualquer simpatia pelo novo líder português.

Seja como for, Spínola tinha inúmeras razões para estar satisfeito. Ele poderia manter a seu cargo o processo de descolonização e fazer com que este se desenrolasse segundo as linhas que ele tinha definido. Para isso necessitaria ainda de neutralizar os jovens capitães do MFA, que continuavam a opor-se a ele, vigorosamente, nesta questão.

IV

As posições adoptadas pelo Chefe da Junta Militar não surpreenderam os nacionalistas africanos.

As relações de Spínola com os grandes grupos industriais, como a CUF e o grupo Champallimaud, eram do conhecimento público. Estas empresas eram os tentáculos do antigo regime nas colónias e pretendiam agora continuar e alargar a exploração de Moçambique sob novas formas e num novo contexto de neocolonialismo.

As teses neocoloniais que Spínola pretendia pôr em prática tinham sido expostas no seu muito discutido livro "Portugal e o Futuro"(7) e tinham sido denunciadas num dos números da "Voz da Revolução", o órgão informativo da FRELIMO. Era um plano com um sabor gaulista, desenhado por um Bismarck português, historicamente atrasado dez anos, jogando com palavras para camuflar uma operação que visava manter a minoria branca numa posição hegemónica num futuro Estado, ligado directamente à metrópole, cujos interesses económicos poderiam deste modo ser garantidos.

A FRELIMO necessitava de conhecer as razões que tinham levado os capitães progressistas do MFA a entregarem o poder a uma junta de generais reaccionários - generais, ainda por cima, que não se preocupavam sequer em esconder a sua firme determinação em continuar as "sujas" guerras

coloniais em África. Como interpretar esta série de acontecimentos fora do vulgar e aparentemente contraditórios?

O ponto fulcral, para o Comité Executivo da FRELIMO reunido em Dar-Es-Salaam a 3 de Maio de 1974, numa sessão especial para discutir a nova situação em Portugal, era continuar o esforço da guerra para libertar o país e reafirmar uma vez mais os princípios que tinham guiado a luta e as condições que poderiam trazer uma solução pacífica para a guerra de dez anos. O comunicado final desta reunião afirmava:

> "Para o Povo moçambicano, sob direcção da FRELIMO, o problema da correcta definição do inimigo foi sempre a questão central. Não é o Povo português, também vítima do fascismo, que é o inimigo do Povo moçambicano, mas o sistema colonial português. Foi o crescente descontentamento do Povo português com a guerra colonial que levou ao aumento da convicção, entre um largo segmento das Forças Armadas, que elas não estavam a defender os interesses do povo. Se a nossa luta contribui para a luta do Povo português contra o fascismo, nós congratulá-mo-nos com isso.
>
> "Mas, da mesma maneira que o Povo português tem o direito incontestável à independência e à democracia, estes mesmos direitos não podem ser negados ao Povo moçambicano. Nós lutamos por estes direitos essenciais e elementares. Os objectivos da FRELIMO são a independência total e completa para o Povo moçambicano e a destruição do colonialismo português".

Tirando as conclusões desta importante declaração, Samora Machel, Presidente da FRELIMO, afirmou que:

> "A Independência não é negociável. É um direito inalienável do Povo moçambicano. No entanto, nós estamos prontos para discutir as modalidades de transferência da soberania para o Povo moçambicano do qual a FRELIMO é o único representante legítimo".

V

A 9 de Maio de 1974, o Presidente do Comité de Descolonização das Nações Unidas, o tanzaniano Salim Ahmed Salim, recebeu o pedido formal por parte dos movimentos nacionalistas da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) para publicamente questionar:

> "a ausência de uma declaração da Junta afirmando a sua intenção de materializar uma descolonização genuína".

Mas Salim foi peremptório sobre o que teria de ser feito para que:

> "não haja nenhum equívoco que possa levar o mundo a pensar que a política africana de Portugal apenas sofreu uma mera mudança táctica e nem sequer uma mudança substancial".

Para isso seriam necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o novo regime português teria que:

> "entrar imediatamente em negociações com os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA, para acabar com o colonialismo".

Em segundo lugar, deveria,

> "reconhecer o direito legítimo dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau à autodeterminação e independência, tomando medidas concretas para materializar este direito".

No dia 10 de Maio, os ministros dos negócios estrangeiros da Tanzania, Congo, Zaire e Zâmbia encontraram-se em Dar-es-Salaam com os movimentos nacionalistas reconhecidos pela OUA, para estabelecerem uma posição comum

em relação ao novo regime de Lisboa. "Chegou a altura", afirmaram num comunicado conjunto,

> "para que o general Spínola faça declarações categóricas de que Portugal aceita o princípio da independência nacional de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique".

Mas o novo Chefe do Estado português não estava preparado para desistir e procurou o apoio de países africanos no seio da OUA que pudessem apoiar a sua política de cessar-fogo imediato. Sem esta condição, disse ele, não será possível iniciar o que é um "complexo" processo de descolonização.

Na verdade, e como vimos, Spínola pretendia quebrar o isolamento que tinha herdado do Portugal de Caetano procurando afastar os aliados naturais dos movimentos nacionalistas da CONCP forçando-os a negociar segundo as suas condições. Spínola contava com Leopold Senghor, o Presidente do Senegal, seu amigo e confidente, para atrair a ala moderada da OUA. Senghor conhecia bem as ideias do novo Chefe do Estado português e garantia que Spínola compreendia e respeitava a ideia de "negritude" dos movimentos nacionalistas. Porquê, portanto, desconfiar dele e das suas intenções?

Além disto, o general Gowon, Presidente da Nigéria e então Presidente da OUA, e com quem Spínola tinha mantido uma amigável troca de correspondência, não duvidava que as posições defendidas pelo seu colega português reflectiam "um novo espírito nas relações entre Portugal e os países africanos".

Mas, na cimeira de Mogadishu de 13 de Junho, o grupo "moderado" de Senghor e companhia foi derrotado. Os líderes africanos, apoiando as posições da FRELIMO, decidiram que a reabertura de relações diplomáticas com Portugal dependeria do reconhecimento por parte de Portugal do direito das suas colónias à independência. A OUA recusou as propostas de Spínola. Porque, nas palavras do Presidente da Somália, Siad Barre,

> "nenhum cessar-fogo será possível enquanto Lisboa

recusar o direito à independência dos países que estão sob o seu domínio colonial".

VI

Foi nesta fase que a Zâmbia começou a desempenhar um importante papel. As guerras coloniais de Portugal tinham provocado sérias consequências na economia zambiana: o seu cobre era escoado com grandes dificuldades através de linhas férreas que passavam através ou perto de zonas de guerra para os portos de Lobito, em Angola, e Beira, em Moçambique. O Presidente Kenneth Kaunda tinha tentado em vão chegar a um acordo com Caetano sobre uma solução negociada para as guerras de libertação nacional. Após 25 de Abril, o seu embaixador itinerante, Mark Shona, dirigiu-se mais uma vez à capital portuguesa para regressar a Lusaka convicto que o novo Chefe do Estado português realmente desejava a paz. Os líderes da FRELIMO aceitavam em princípio a necessidade de negociações. Quando foram contactados pelas autoridades zambianas, eles concordaram em encontrar-se com os portugueses na Zâmbia, embora as propostas de Spínola não lhes merecesse grande consideração.

Mário Soares dirigiu a delegação portuguesa, que permaneceu em Lusaka entre 4 e 6 de Junho. O líder do Partido Socialista foi a Lusaka com um mandato preciso de Spínola para:

> "fazer uma ideia geral da situação e, se possível, chegar a um cessar-fogo".

> "Infelizmente não posso ir mais longe do que isso", disse ele, "porque o ministro dos negócios estrangeiros não é o único detentor do poder. Em Portugal hoje existe um complexo equilíbrio de forças que nós socialistas não podemos ignorar".

Mas o líder socialista não se cingiu estritamente às regras que Spínola queria impor. No aeroporto de Lusaka,

ele prestou uma generosa homenagem a Eduardo Mondlane, "fundador da Nação moçambicana e primeiro Presidente da FRELIMO, assassinado por inimigos dos povos moçambicano e português". Mais tarde, ele não cumpriu o protocolo e criou uma atmosfera propícia às negociações quando calorosamente abraçou o Presidente da FRELIMO, Samora Machel, na sala de conferências da State House. Recusou, igualmente, falar com o COREMO (o Comité Revolucionário de Moçambique), uma organização fantoche (para usar a própria designação de Soares) que, embora sendo reconhecido pelo seu anfitrião, Kaunda, tinha na realidade sido formada pela administração colonial portuguesa. O COREMO pretendia apresentar-se com o manto de um outro FRELIMO e nessa condição negociar com Portugal. Soares declarou:

> "Eu estou aqui para falar com aqueles que estão a lutar dentro do país. O novo Portugal, sinceramente deseja terminar as guerras que herdou do antigo regime colonial-fascista. Em Moçambique é apenas a FRELIMO que está a lutar no campo de batalha e nós apenas falaremos com ela".

Este reconhecimento, pelo chefe da delegação portuguesa, da FRELIMO como o único representante do Povo moçambicano nas conversações com Portugal, abriu uma brecha na política de Spínola. No entanto, Soares procurou também, na mesa de conversações, convencer os moçambicanos da necessidade de um "cessar-fogo imediato de jure ou de facto, como aconteceu na Guiné-Bissau", para que, depois, os protagonistas pudessem falar sobre outras questões.

"Não vamos parar a luta" respondeu Samora Machel "até que os problemas que nos levaram a disparar os primeiros tiros tenham sido resolvidos correctamente".

Para Soares, esta afirmação tinha sérias implicações. Ele afirmou que se a FRELIMO desejava uma rendição incondicional das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique, o Presidente Spínola tinha o apoio de uma parte significativa do MFA e não aceitaria essas posições tão rígidas e maximalistas. Se a guerra tiver que continuar, o governo português poderá ser obrigado a apelar às Nações Unidas,

com trágicas consequências - a internacionalização ou vietnamização do conflito.

Samora Machel respondeu-lhe que a internacionalização do conflito "representaria a abdicação histórica da responsabilidade de Portugal e não serviria os interesses nem de Portugal nem de Moçambique".

Sem grande convicção, Soares tentou levantar a questão de um plebiscito, uma questão querida a Spínola, garantindo no entanto aos seus ouvintes que ele "faria com que a FRELIMO triunfasse".

Foi nesta altura que o major Otelo Saraiva de Carvalho resolveu falar, quebrando o silêncio que mantivera até aí. Otelo de Carvalho tinha sido o cérebro por trás da planificação do golpe de 25 de Abril e tinha sido incluido na delegação no último momento, ostensivamente como um conselheiro militar mas também encarregado por Spínola com a tarefa especial de controlar o ministro dos negócios estrangeiros.

> "Eu não compreendo muito de política", afirmou Otelo "mas garanto-lhe que me encontro neste ponto muito mais próximo da FRELIMO do que do meu general. Nem eu nem os meus colegas do MFA fizémos uma revolução para defender o plebiscito ou qualquer outra das ideias que o nosso general defende no seu "Portugal e o Futuro".

O Presidente da FRELIMO não tinha tido qualquer dificuldade em argumentar que o plebiscito e outros truques que Spínola tinha na manga eram simplesmente projectos de Marcello Caetano ressuscitados dez anos mais tarde. Embora pudessem ter sido bem sucedidos dez anos antes, seguir essa linha agora, afirmou Samora Machel,

> "só agravaria a crise portuguesa, levando o exército colonial à derrota militar e podendo mesmo conduzir a um golpe de extrema direita em Portugal".

Mário Soares compreendia, de certo, a linha de argumento de Samora Machel. Talvez ele desejasse distanciar-se da posição spinolista quando assinou um comunicado

conjunto com a FRELIMO no qual reconhecia "que o estabelecimento de um cessar-fogo está condicionado à concordância prévia de princípios básicos".

A delegação portuguesa regressou a Lisboa dividida e sem quaisquer resultados concretos para apresentar. Otelo de Carvalho afirmou que ele tinha decidido que "se fosse necessário assumir o comando para fazer um novo golpe", então ele estava pronto.

Mário Soares tinha começado a duvidar da viabilidade do projecto de Spínola, quando desvendou que:

> "sem uma mudança nas forças no poder em Portugal, não será possível alcançar uma solução rápida para o impasse nas negociações com o PAIGC e com a FRELIMO".

De facto, as oito horas de conversações francas e esclarecedoras, não tinham sido em vão.

VII

Samora Machel, que tinha mandado a Lisboa um dos seus mais próximos colaboradores, estava ciente que as demonstrações massivas do dia 1 de Maio em Portugal tinham aberto uma nova fase na política portuguesa. Os acontecimentos do 25 de Abril não podiam mais ser meramente olhados como tendo constituido um simples golpe, embora não fossem ainda uma revolução. O ponto de vista das massas portuguesas teria de ser levado em consideração. Com efeito, aquela afirmação popular na política portuguesa tinha isolado a facção Spínola ainda mais, em relação às forças armadas em geral. Samora conhecia também que o pomo da discórdia que separava a Junta Militar de Spínola da maior parte dos capitães de Abril, era a questão colonial e não a democratização interna no país. Era aí que o "conflito do sistema" se verificava, que a coesão das forças armadas se perdia e que se arruinava a base para um futuro Portugal democrático e pacífico.

Os dois grupos rivais apresentavam diferentes soluções

para a crise. Embora a maioria dos capitães não fosse convictamente anticolonialista, o sonho de Spínola de regressar a África era, para eles, um pesadelo. Esta diferença levou a convulsões no seio do MFA, que tinha começado como uma organização temporária mas que se tinha tornado cada vez mais forte, precisamente devido às pressões criadas pela demora de uma resolução para as colónias.

Spínola sentia esse perigo e tentou neutralizar os rebeldes, enviando-os para os quartéis após ter reconstruído a estrutura hierárquica das forças armadas que o golpe tinha praticamente destruído. Esta manobra falhou. Os capitães adoptaram métodos de trabalho semiclandestinos e tornaram-se num efectivo, segundo centro do poder, dirigido por um órgão político a que chamaram o Comité para a Coordenação do Programa (do MFA) ou CCP.

Este CCP não escondia a sua oposição a Spínola e ao "forte centro de poder" que este constituia com os seus colegas. E sentiu-se encorajado pela recusa, por parte dos movimentos nacionalistas africanos, das propostas federalistas de Spínola. Tinha também o apoio dos MFA "regionais" em Angola e em Moçambique e Guiné-Bissau, grupos cujo conhecimento do terreno inevitavelmente confirmava que "as guerras africanas de Portugal não podem ser terminadas com meios militares".

O exército colonial, ou aquelas unidades dele que estavam ainda operacionais, encontrava-se "cansado", após uma dúzia de anos de "guerra desgastante e desmobilizante". Ainda "antes do 25 de Abril, tinha perdido a vontade de lutar".

Em Moçambique, a guerra de guerrilha da FRELIMO, que tinha já atravessado o rio Zambeze, conseguira entretanto - e segundo um relatório do MFA local, atingir a região centro-sul "com o apoio activo da população africana". Situava-se aí o calcanhar de Aquiles de Moçambique colonial, o coração dos colonos, a base geográfica de apoio do regime. Os colonos brancos entraram em pânico. Eles tinham subitamente descoberto o que a "sistemática desinformação sobre a guerra" que tinha sido produzida ao longo dos anos pelo antigo regime lhes tinha escondido sempre: que a independência, "com os pretos no poder", era inevitável. Os que pude-

ram, fugiram para Portugal aos milhares, enquanto outros procuraram refúgio na Rodésia e na África do Sul.

Os cofres do Estado colonial estavam praticamente vazios. Não era possível pagar as importações, os preços dos produtos e serviços subiram em flecha. Em 13 de Agosto, um outro relatório do MFA de Moçambique revelava que a conta de divisas apenas possuia fundos "para cobrir uma semana de importação de bens de primeira necessidade...". Por outro lado, sublinhava que "o BNU está autorizado a emitir moeda sem as reservas necessárias para cobrir a operação... Financeiramente a colónia está virtualmente falida".

A guerra, concluia o relatório, não pode ser vencida através de meios militares.

Em Lisboa, o CCP constatou que a situação era séria e que não poderia ser imediatamente resolvida. Nestas circunstâncias,

> "exige que o controlo do processo de descolonização deixe de estar sob o controlo de Spínola e dos seus generais".

O conflito entre Spínola e o MFA não era reconciliável. Confrontado pela recusa dos movimentos de libertação em aceitar um cessar-fogo e com o agravamento da situação nas frentes africanas, Palma Carlos e o seu governo resignaram em 9 de Julho e os Governadores-Gerais de Angola e Moçambique suspenderam as suas actividades. Por último a Guiné-Bissau foi reconhecida como uma república independente por Spínola. Em Julho, o MFA impôs uma lei constitucional à Junta de Salvação Nacional que incluia o reconhecimento, por Portugal, do direito à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a independência (Artigo 2, parágrafo 2). A FRELIMO vencera.

VIII

O Comité Executivo da FRELIMO, ciente do que se passava, mandou vir a Dar-es-Salaam uma delegação

do MFA. Spínola tentou opor-se a essa ida mas o Chefe do Estado-Maior, Costa Gomes, que tinha acabado de regressar de Moçambique, tinha concluido que "os projectos federativos eram um sonho da minha mocidade", que eles eram impraticáveis e que um diálogo com a FRELIMO para se chegar "a uma solução que valesse a pena" era efectivamente necessário (8). O CCP do Movimento das Forças Armadas escolheu o major Ernesto Melo Antunes para esta "delicada missão", mas somente depois de "um longo e controverso debate". Ele era "o mais político de todos os seus membros" e ministro sem pasta no recém formado Governo de Vasco Gonçalves. O coronel Vasco Gonçalves era também membro do "Grupo dos Sete" no topo do Movimento das Forças Armadas e o seu governo tinha sido formado por insistência da liderança do MFA. Melo Antunes comentou:

> "Nós tínhamos derrotado o regime inimigo colonial--fascista e tínhamos pago a dívida que tínhamos para com os povos africanos. Hoje, podemos sentar-nos à mesa das negociações e negociar com as nossas contrapartes africanas sem qualquer tipo de complexo".

Spínola tentou de novo bloquear esta iniciativa mas acabou por desistir. Melo Antunes tinha elaborado o famoso Programa do MFA do qual tinham sido removidas, pelos generais, as cláusulas anticoloniais como condição para permitirem o golpe. Claramente, Melo Antunes era uma persona non grata para o Chefe do Estado português.

As negociações não iriam ser fáceis. Isto era óbvio após o primeiro encontro em Lusaka, em Junho, quando Samora tinha regeitado o cessar-fogo que Spínola e os seus generais pretendiam impor e, em vez disso, tinha aumentado o nível de luta contra as forças de ocupação. Esta forma tão pouco ortodoxa de ver as coisas desorientava não só os grupos metropolitanos antifascistas, aliados históricos da FRELIMO, mas o próprio MFA a todos os níveis. Somente com dificuldade o MFA conseguiu compreender que "esta era a única resposta possível da FRELIMO ao que era interpretado como sendo uma manobra de Spínola. Em último

caso era um trunfo poderoso que deveria ser jogado para criar espaço para a negociação"(9).

De facto, Spínola e Melo Antunes detestavam-se mutuamente. Para Melo Antunes, que tinha sido detido e exilado para os Açores pelo regime de Caetano nas vésperas do golpe,

> "era um grave erro convidar Spínola para a direcção do novo regime, principalmente porque os seus projectos para a descolonização nada tinham a ver com as razões do 25 de Abril dos capitães que, apesar de todas as suas limitações, nunca tencionariam recolonizar Angola, Moçambique ou a Guiné. A nossa escolha era o general Costa Gomes com o qual o MFA poderia sempre trabalhar sem trair os seus princípios"(10).

Mas a escolha fora feita: Spínola, que tinha praticamente perdido a iniciativa na questão colonial mas que continuara como chefe de estado não poderia ser ignorado. Melo Antunes acabou por ser escolhido para seguir para Dar-es-Salaam com o apoio total do Comité Nacional Português para a Descolonização. Ele esteve na Tanzania de 30 de Julho a 2 de Agosto. Spínola não tinha objecções ao reconhecimento do direito do Povo moçambicano à independência nem ao princípio da transferência do poder. Mas mostrou ter sérias reservas para com o reconhecimento público da FRELIMO e insistia num protocolo secreto no qual a Frente seria reconhecida como a legítima representante do Povo moçambicano, sem prejuízo das negociações que se iriam seguir. Seria isto uma nova manobra de Spínola?

A insistência do general num protocolo secreto reconhecendo a FRELIMO era, pelo menos aparentemente, e segundo Melo Antunes, baseado no desejo português de evitar que a África do Sul e a Rodésia contestassem a nível internacional, a legitimidade de tal reconhecimento. Esta contestação poderia partir de "preconceitos democrato-burgueses" e poderia criar dificuldades na Europa para o novo regime português. Era, por conseguinte, necessário, em primeiro lugar, evitar que a África do Sul e a Rodésia usassem o pretexto formal da ilegitimidade para intervirem

militarmente em Moçambique. Isto poderia significar a materialização do velho sonho colonial de cortar Moçambique em dois, ao longo do rio Zambeze. Em segundo lugar, era essencial evitar que fosse usado o argumento da "traição" através "da entrega vergonhosa e da rendição" pela minoria racista e colonial de Moçambique ou pelos elementos mais reaccionários em Portugal. Isto poderia causar sérios problemas de ordem pública em Moçambique e grandes dificuldades políticas em Portugal.

Samora não tinha qualquer dificuldade em mostrar que quando Spínola mandou Mário Soares a Lusaka ele estava apenas a tentar ganhar tempo, "para poder respirar", enquanto em Moçambique os partidos fantoches se procuravam organizar ou eram organizados. Com efeito, esses partidos começavam então a surgir, muito convenientemente, e afirmando representatividades no diálogo com Portugal, dentro do projecto federalista.

Segundo o Presidente da FRELIMO, enquanto Spínola se negava a reconhecer a Frente e insistia num protocolo secreto, ele persistia no seu projecto inicial e, ao mesmo tempo, tentava cobrir os seus contactos com o aventureiro português Jorge Jardim, homem de Salazar em Moçambique e seu confidente.

A conspiração da África do Sul e da Rodésia que Spínola referira era precisamente esse "projecto Jardim", apoiado por esses países, que em ambos os casos há muito procuravam uma alternativa "moçambicana" para a FRELIMO (11). No entanto, a FRELIMO sabia já por essa altura que as principais posições no MFA não lhe eram adversas e estava também ciente do relativo isolamento de Spínola.

Por isso, a Frente decidiu continuar com as negociações na base da sua declaração de 3 de Maio de 1974, que nem a autodeterminação nem a independência de Moçambique nem a legitimidade da FRELIMO eram negociáveis e que o único ponto da agenda a discutir era a questão da transferência do poder.

> "O futuro de Moçambique é para os moçambicanos decidirem e eles já o fizeram pela força das armas", disse Melo Antunes. "Samora afirmou que a indepen-

dência não é negociável. É um direito natural dos povos".

No entanto, a definição dos meios de transferência do poder não era uma questão linear. Qual deveria ser a composição do Governo Provisório? Deveria o mandato do Alto Comissário português garantir a integridade territorial do país? Quem deveria ser o principal executivo?

A delegação portuguesa pretendia obter "um máximo de garantias sobre os legítimos direitos dos residentes portugueses em Moçambique", uma questão algo complicado para tratar e que poderia conter em si as sementes de futuros desacordos entre Portugal e Moçambique. No entanto, concessões mútuas acabaram por garantir à FRELIMO "uma transição pacífica", segundo as suas próprias condições, e a Portugal "uma situação nem desvantajosa nem desonrosa no período de transição".

Este encontro decisivo produziu um documento contendo os conceitos básicos e as linhas gerais do acordo que seria negociado. Aceitaria Portugal este documento como um ponto de partida para a continuação do diálogo?

Os pontos essenciais tinham já sido definidos no primeiro encontro em Dar-es-Salaam. Uma delegação maior, dirigida pelo major Melo Antunes com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e o Ministro da Coordenação Interterritorial (do ministério, portanto, que antes era o Ministério do Ultramar), Almeida Santos como seus adjuntos, seguiu para Dar-es-Salaam em 14 de Agosto aí permanecendo até 17. Ela iria tornar público para todo o mundo os "acordos secretos" entre Samora e Melo Antunes. Desta vez os alicerces estavam lançados para as negociações finais em Lusaka onde finalmente, um acordo de cessar-fogo foi assinado. As suas cláusulas foram a base para as estruturas políticas, militares e legais da transição.

NOTAS

1. "Portugal and Africa: the last Empire", in Processer Gifford and Willian Roger Louis (eds.), The transfer of power in Africa (New Haven: Yale University Press, 1982) pp 337-85.

2. Investigações que estou presentemente a efectuar em Maputo e em Lisboa permitiram-me consultar documentação em Portugal que clarifica muitas destas questões. Documentos importantes do Movimento das Forças Armadas foram igualmente publicados em Portugal desde 1974. O Presidente Samora Machel, com grande generosidade, permitiu-me acesso a alguns dos seus arquivos e notas pessoais. Espero que este material me permita transformar o esboço que eu agora aqui apresento, como um conjunto de reflexões, num trabalho mais definitivo.

3. Dominique de Roux, "Comment s'est rendu Caetano", Le Figaro. 28 de Abril de 1974.

4. Diário de Notícias, Lisboa. 15 de Maio de 1974.

5. Eles exigiam "um fim para a guerra colonial e negociações para a independência imediata dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique", Comunicado Comum, Paris: PS e PCP, Setembro de 1973.

6. O PCP exerceu igualmente pressões para um rápido reconhecimento diplomático da URSS (Le Monde, 6 de Junho de 1974).

7. Portugal e o Futuro, Lisboa. Atica 1974 e reedições. Ver, igualmente, um trabalho posterior de Spínola, País sem Rumo, LIsboa: SCIRE. 1978.

8. Entrevista com Aquino de Bragança.

9. Entrevista com Melo Antunes: "O Processo de Descolonização: Melo Antunes rompe o silêncio", Expresso, Lisboa. 17 de Fevereiro de 1979.

10. Para os pontos de vista de Costa Gomes ver "Sobre Portugal: Diálogos com Alexandre Manuel", Lisboa. A Regra do Jogo. 1979.

11. Por isso, quando as conversações em Dar-es-Salaam estavam praticamente concluídas, Urias Simango, um ex-Vice-Presidente da FRELIMO que desertara, conseguira juntar uma constelação de organizações insignificantes com o apoio de Jorge Jardim e de outros dissidentes da FRELIMO que se tinham entregue ao inimigo. Ao lançar este "Partido de Coligação Nacional" (PCN), durante uma conferência de Imprensa, Simango afirmou que o PCN pretendia a independência "através de um processo democrático". Neste "processo", e segundo disse igualmente, toda a população deveria poder exprimir as suas opiniões "pacificamente". Insistia igualmente que este objectivo deveria ser alcançado "através de um referendo", Expresso, 13 de Julho de 1974.